

## ENTREVISTA COM JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Entrevista realizada em 17 de dezembro de 2009, Salvador, Bahia.

Entrevistadores:

Antonio ALBINO Canelas Rubim<sup>1</sup>

Archimedes AMAZONAS<sup>2</sup>

Leonardo COSTA<sup>3</sup>

**RUBIM** – Nascimento temos um grupo de pesquisa sobre políticas culturais que desenvolve alguns projetos. Um deles, que estamos tentando viabilizar para maio do ano que vem, no VI ENECULT, é o lançamento de um livro que faça uma avaliação das políticas culturais do governo Lula. Ele não vai dar conta de todos os aspectos, obviamente, porque não temos gente trabalhando sobre todos os aspectos, mas vamos fazer o que for possível. E tanto para esse livro, como também para os projetos de pesquisa, temos feito entrevistas com uma série de pessoas e algumas dessas entrevistas, inclusive, estamos utilizando e colocando na nossa revista on-line, Políticas Culturais em Revista. Já fizemos entrevista com Gil, com Orlando Senna e também fizemos outras conversas com Sérgio Amadeu e outras pessoas também. É só para você entender do que se trata. Claro, você vindo aqui é uma oportunidade grande de entrevistá-lo por conta de toda sua experiência com a política de museus, mas por conta também de que você está no Ministério desde o início. Você é uma das pouquíssimas pessoas da equipe inicial do projeto.

**NASCIMENTO** – Eu acho que mais cinco ou seis pessoas, no máximo, desde 2003.

**RUBIM** - Então vamos começar talvez por aí: da equipe inicial do projeto lá do MinC, quantas pessoas estão, quantas já mudaram de lugar?

**NASCIMENTO** - Na verdade, tem todo um antecedente antes de chegar ao MinC. Albino também foi um colaborador da construção do programa de governo de 2002, do presidente Lula. Foi talvez um momento extremamente intenso de construção de uma expectativa de ganhar a eleição e com isso havia uma energia que movimentava uma série de agentes para fazer inúmeras reuniões pelo país na formulação do próprio programa, que tinha uma base e depois foi se adensando. Então, o que de fato ocorreu é que ao final nós formamos aquele A Imaginação a Serviço do Brasil, o programa de 2002, talvez, na história do PT, o momento mais intenso da formulação de um programa de governo para área cultural. Com todos os limites que, olhando agora para trás, se vê naquelas formulações, mas também não dava para pedir um exercício de formulação para além da experiência da gestão, pois ainda não a tínhamos do ponto de vista da dimensão do governo federal. Havia muitos desejos, muita expectativa, algumas opiniões gerais, que ao longo dessa gestão se confirmaram, se adensaram, criaram musculatura ao longo da gestão. Esse foi um momento muito intenso, tanto que na área de museus também fizemos uma carta, chamada Carta de Rio Grande, em abril de 2002, quando fizemos um encontro na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com pessoas de vários estados. Como não havia uma gestão nacional da política de museus, transformamos o fórum de museus do Rio Grande Sul num espaço de

---

<sup>1</sup> Professor integrante da Redecult.

<sup>2</sup> Professor assistente da UFRB.

<sup>3</sup> Doutorando do pós-cultura – UFBA.

discussão nacional e tiramos uma carta. Essa carta foi entregue a vários candidatos a presidente, inclusive ao Lula, e a candidatos a governador e virou um instrumento de política, digamos assim, pedindo uma política pública para os museus, em nível estadual, nacional, etc., etc., etc. Ela foi utilizada por nós quando entramos no Ministério, mas entre entrar no Ministério, entre fazer o programa, ganhar a eleição, tem a transição que foi um momento intenso. O documento de transição é um documento bem interessante porque é nele que de fato começa a se tomar a dimensão da própria gestão, fazer um diagnóstico, elaborar uma proposta. Já fizemos a proposta do instituto de museus ou fundação de museus neste documento de transição, já havia ali uma proposta em relação a isso, para além do governo, para além do programa de governo. Depois teve aquele episódio, que é público, que é aquela expectativa que se tinha do PT assumir o Ministério e o presidente escolher o Gil, isso, eu diria, marcou e marca a história do Ministério até hoje, a composição política daquele momento. Eu acho que isso criou uma tensão muito grande, naquele mês de dezembro, eu lembro quantas vezes, em novembro e dezembro, estive em Brasília, por conta disso, e na hora que se anunciou o Gil, essa temperatura aumentou em “N” vezes... com uma indicação do centro de governo da necessidade de Gil compor com o PT, do grupo Gilberto Gil compor com o grupo do PT e foi, nesse contexto, que eu me encaixei, digamos assim, e estou no Ministério desde janeiro de 2003. Daí por diante começamos a formular a política de museus e eu assumi a coordenação... na verdade não existia essa coordenação, nós criamos na hora que assumimos. Era uma coordenação de museus e artes plásticas, tinha a Secretaria de Patrimônio, Museu e Artes Plásticas, uma coordenação de políticas, uma coordenação de Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura), de incentivo, mas não havia uma coordenação de museus e artes plásticas. Quando eu assumi foi criada essa coordenação de museus e artes plásticas. Foi aí que começamos a operar o embrião da política de museus ali por dentro. Tanto que a política de museus foi a primeira política setorial que o Ministério lançou, em 16 de maio de 2003. Pegamos aquela Carta de Rio Grande e uma série de outros documentos da área museológica... o Conselho Federal de Museologia lançou um documento chamado a Imaginação Museal a Serviço do Brasil, dialogando com o programa de governo, somamos esses documentos e de janeiro a maio adensamos isso, chamamos algumas reuniões com gente da universidade, com gente do campo museológico e lançamos um documento com as bases da política nacional de museus em maio. Daí começamos a trabalhar e foi esse um pouco o pré-cenário até maio de 2003.

**RUBIM** – Voltando um pouco, já que a gente começou um pouco com sua história, qual a sua inserção no campo dos museus? Eu sei que você fez, por exemplo, um mestrado fora, numa área bem distinta, como é que você chega com essa formação nessa área de museu?

**NASCIMENTO** - Minha formação de graduação é em Ciências Sociais, parte feita na PUC de São Paulo, parte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Depois eu tenho um mestrado em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área da política, da antropologia da política. Mas sempre militei, vamos dizer assim, de uma certa forma, no campo da cultura, e, quando eu já estava no mestrado de antropologia, dialogava muito com a ação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Quando Olívio (Dutra) assumiu o governo do Estado, fui convidado a dirigir o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. A partir daí, se havia um pé nos museus e um pé fora, ali foram colocados os dois pés dentro do campo dos museus. Um museu totalmente desprovido de qualquer situação... com todo tipo de dificuldade possível e fomos dali estruturando uma ação. Depois, assumi também a coordenação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, que também estava desativado e a gente reativou. Em seguida, fui ser diretor do Memorial do Rio Grande do Sul, uma instituição grande, estruturada no centro de Porto Alegre. Foi essa um pouco a trajetória e daí por diante eu não saí mais desse ramo de atuação na área da cultura. Desde a graduação, tinha alguns textos elaborados sobre a análise da política cultural, algumas coisas

de análise da própria política cultural da época do PT na Prefeitura de Porto Alegre, caracterizando um pouco a política cultural do PT como neo frankfurtiana, fazendo um pouco essa análise mais conceitual da política cultural naquele momento do PT, mas inclusive extremamente crítica, vamos dizer assim, a esse tipo de ação e formulação. Do ponto de vista intelectual, sempre, de alguma forma estava dentro da área cultural, fazendo uma reflexão sobre as políticas culturais. Mas como gestor foi essa trajetória que me colocou dentro da gestão cultural e aí a coisa era um pouco diferente.

**RUBIM** - Vou fazer mais uma pergunta, depois vocês também façam perguntas, eu só estou aqui esquentando...

**NASCIMENTO** - Eu também não quis avançar mais do que aquele período, também para poder ir construindo ...

**RUBIM** – a “trajetória comum”. Então vamos entrar um pouco na parte mesmo da gestão do governo Lula, quando você chega lá no IPHAN e cria o I Fórum do IPHAN. Como se dá essa passagem: você estava numa Secretaria, que era uma Secretaria fora do IPHAN, então como se dá essa passagem para o IPHAN e depois para a direção de Museu do IPHAN?

**NASCIMENTO** - Nós tínhamos um entendimento, desde o início, desde as primeiras declarações do Gil, como ministro, quando ele assumiu essa questão da criação do Instituto de Museus como política... você pega declarações dele, de fevereiro de 2003, ele fala: “nós temos que criar o Instituto Nacional de Museus”. E numa época ele até falou: “nós temos que trazer Emanuel Araújo para ser presidente do Instituto de Museus”. Havia uma série de opiniões, questões, e circulava... essa opinião, ela já estava sendo construída dentro do Ministério. A questão é que o Ministério, na verdade se olharmos a estrutura do Ministério como política cultural, ele tinha poucos instrumentos de gestão nacional de política cultural, o próprio Ministério! Ele tinha, no meu entendimento, dois instrumentos de gestão de política nacional: uma a lei Rouanet, outro o IPHAN, fora isso não havia estruturas nacionais. Ele era, eu costumo dizer, um Ministério da Cultura federal, ou seja, se você chegasse lá e fosse um bom zelador, ou mais ou menos zelador da estrutura dos museus, dos teatros e tal, ele estava estruturado para isso, tanto que os programas lá, o Museu Memória e Cidadania, todos aqueles programas orçamentários..., o programa de museus dizia muito claramente na sua ementa, que ele era um programa orçamentário para financiar os museus federais, ou seja, para se autofinanciar. Então já no primeiro ano de governo tivemos a oportunidade de reformulação disso, o Ministério do Planejamento permitiu essa reformulação. Pegamos o escopo do programa e mudamos do que ele primeiro se chamava, Museu Memória e Futuro, que herdamos do governo Fernando Henrique, mudamos para Museu Memória e Cidadania e, ao mudar, fizemos uma mudança do escopo do programa para poder financiar uma política pública para um conjunto de museus. Afinal de contas, eu, como coordenador do Sistema de Museus do Rio Grande do Sul, tinha muitas críticas ao Ministério que não ajudava os museus, não ajudava o sistema, não ajudava a estruturar nada. Eu não podia, ao assumir essa posição, reproduzir as mesmas dificuldades, o mesmo discurso. Era um momento muito positivo porque tudo era da onda inicial proposta pelo governo Lula, todo mundo aceitava muito bem o chamamento para discutir, o chamamento para compor, o chamamento para formular, quer dizer era uma outra situação. O desejo na sociedade de participação do governo, e na área cultural mais ainda, deu-nos condição de avançar nessa formulação da política. Eu colaborei bastante na formulação das políticas do Ministério de uma forma geral também, porque tivemos aquele Cultura Para Todos, que na verdade era um fórum para buscar uma formulação nova para a Lei Rouanet, e acabou por ser um fórum de discussão de política cultural. Se você pegar ali o resultado daquele fórum, acho que um terço fala de Rouanet, o resto fala de política cultural. As pessoas queriam opinar sobre a política cultural do governo, como em

todas as áreas, e ainda mais no caso da cultura. E a figura do Gil ajudou nisso, foi um catalisador. O Caetano falou que o Gil era um Lula do Lula, quer dizer, de fato a figura e a sensibilidade dele ajudaram muito nesse abrir caminhos, nessa curiosidade do músico ser gestor e da mítica em torno de ter um ministro *pop star*, isso ajudou muito no desenrolar das políticas. Você queria ter repercussão, punha o Gil, era imediato, quase um Midas. Ah vamos lançar a política tal, então você põe o Gil, a imprensa inteira estava lá para escutar, para saber e tal. Então um pouco o que acontece com o presidente Lula, você quer repercutir alguma coisa, você põe na boca do presidente isso vira onda. A figura do ministro ajudou muito e, do ponto de vista da gestão, diria que o Gil também, ele criou uma relação de confiança com a equipe ao longo do tempo que nos deu muita autonomia para avançar, propor e avançar, isso ajudou bastante, quer dizer, na arquitetura da política. Criou uma sinergia de confiança que ele sabia que para onde nós estávamos andando era um pouco as diretrizes gerais do que tínhamos acertado. Então ele sempre caminhou bem nisso. De 2003 em diante, o IPHAN, o Ministério, tudo passou por uma reformulação de estrutura. A idéia era que as secretarias internas do Ministério faziam sobreposição às vinculadas e que isso deveria terminar. A Secretaria de Patrimônio, Museu e Artes Plásticas fazia sobreposição ao IPHAN, à Funarte, uma parte, a Secretaria de Música também fazia sobreposição à Funarte, a Livro e Literatura fazia à Biblioteca Nacional. Deveria se criar secretarias meio e as finalísticas serem finalísticas. Eu diria que hoje esse projeto, na verdade, ele andou, ele recuou... temos aí secretarias que têm ação finalística, com o Mais Cultura, o que era uma idéia lá voltou, por “N” situações, mas voltou a ter ações finalísticas. Mas com essa mudança construímos, de maio em diante, uma idéia que deveria ter uma área de museus. Se não conseguisse ter um instituto, deveríamos ter uma área de museus e essa área de museus deveria ser inicialmente dentro do IPHAN. O IPHAN também estava passando por uma reformulação. O debate foi muito intenso, porque o IPHAN não queria um departamento de museus, resistiu a isso, apesar dele ter na sua estrutura 28 museus. O IPHAN, nos seus 70 anos, nunca teve nenhuma estrutura formal para tratar dos museus, passou a ter a partir dessa reforma que foi no segundo semestre de 2003, mas que na verdade começamos a operar no departamento, em janeiro de 2004. Aí sim começamos a estruturar um departamento de museus que tivesse condições de gerir uma política nacional. O que também foi uma dificuldade para o IPHAN, porque ele também só geria uma política de patrimônio, aos seus bens patrimoniais tombados. Ele não fazia uma gestão de uma política de patrimônio nacional. Então em parte, entre tensões internas todas, empurramos, digamos assim, ou criamos um paradigma da possibilidade de um departamento gerir uma política nacional. Os museus, nós gerenciamos os nossos museus também de uma forma diferenciada, tanto que ampliamos o orçamento, uma série de reformas, estruturas e até contratação de pessoal. Ao mesmo tempo, criamos instrumentos de política nacional para os museus. Isso obrigou o IPHAN a repensar algumas ações. Como se criou lá no IPHAN o Departamento de Museu, o Departamento de Patrimônio Imaterial e o Departamento de Patrimônio Material, ou seja, havia uma estrutura anteriormente transversal, e aí começou a se trabalhar por objeto, mudou-se a política internamente do IPHAN, os outros departamentos foram obrigados também a pensar políticas nacionais. O primeiro a se movimentar, nesse sentido, foi o de Patrimônio Imaterial e agora, ao final da gestão do IPHAN, o Patrimônio Material que começa a ter uma idéia de sistema nacional de patrimônio. Com isso fomos avançando, a criação do sistema brasileiro de museus, a estruturação disso, o adensamento da idéia de política, quais são as estratégias... Porque a gente tinha diretrizes, tinha ações. A área de capacitação era uma área muito forte... Hoje temos números que podemos nos orgulhar: capacitamos mais de 25 mil pessoas em oficinas e fóruns, ampliamos os cursos de museologia, eram dois cursos no País, o da UFBA e da Unirio. Numa articulação com os reitores, estamos com 12 cursos, e vamos para 15 ou 16 até final do ano que vem, porque entendemos que não tem como fazer uma política pública sem ter formação de gente que desse conta dessa política para dentro dos museus, uma reflexão... Não adianta você ter uma cabeça se não tem pernas que façam se movimentar e a universidade também é um espaço de compromisso com essa construção de

conhecimento. A ampliação da visitação, ampliação do orçamento e a criação de uma série de museus comunitários também tem dado um pouco o perfil da nossa gestão, mesmo com críticas. As pessoas acham que largamos os museus tradicionais de lado ou a arte contemporânea, que sempre cria uma tensão, “mas e a arte contemporânea?”. Mas, conseguimos incorporar para dentro da política pública uma série de atores que se sentiam alijados até da idéia de museu, de memória, achavam que isso não era o espaço deles e que hoje estão incorporados nesse universo. Nisso tudo, estabelecemos uma série de estratégias para os primeiros quatro anos, 2003 a 2006 e depois 2006 a 2010. Entendendo que, quando chegamos em 2006, meio de 2006, mesmo se não tivéssemos ganho o governo, entendíamos que já tínhamos cumprido um papel e deixado bases para uma ação e mostrado que o Estado quando quer, pode fazer política pública. O discurso anterior do Ministério era que não tinha condições, não tinham dinheiro. E com pouco dinheiro fizemos e, com pouco, também ampliamos. Uma vez um secretário de cultura chegou para mim e pediu para fazer uma tarefa, e eu perguntei: “E o que tenho para essa tarefa?”, “Ah, você não tem nada”. Nada é impossível, porque nem Cristo multiplicou o pão do nada, ele multiplicou de um primeiro pão, do pão ele multiplicou, ele tinha um peixe e um pão, “me dá o mínimo, que disse a gente tenta multiplicar”. Chegamos no ponto que falamos: daqui já temos uma base boa para uma continuidade política. Quando fico clara a perspectiva que nós íamos ganhar, começamos a planejar a segunda etapa. Tanto que nosso planejamento em 2006 era assim: com IBRAM e sem IBRAM. A gente trabalharia os cenários e, com isso, fomos ampliando e dividindo a política em três linhas: instrumentos de gestão, instrumentos de fomento e instrumentos de democratização. Isso é um pouco a arquitetura institucional que montamos, são oito linhas de ação com três linhas estruturantes e disso fomos desdobrando a criação do estatuto de museus, que são instrumentos de institucionalização. Então o estatuto foi um momento importante, tem sido um momento importante, para dar uma lei regulatória para uma área que nunca se pensou como tal. Instrumentos de democratização, fórum nacional de museus... mesmo os editais que lançamos, Modernização e Mais Museus, por um lado, eles são instrumentos de fomento, mas são instrumentos de democratização de acesso a financiamento público. Então, com isso fomos construindo ações políticas dentro dessas caracterizações e estruturas, e mesmo capacitação e democratização do conhecimento, etc., etc.... Fomos encaixando nessas linhas para poder construir uma política pública estruturada, que tem um reconhecimento dentro do Ministério, tem uma gestão estruturada, sistema, instituto, lei, fomento, um dinheiro razoável. De 2003 até 2009, somado o orçamento, mas lei Rouanet, etc., tivemos 549% de aumento orçamentário. Talvez, proporcionalmente no Ministério, seja o maior aumento orçamentário, mas isso porque fomos construindo uma política -- interpretando do meu ponto de vista -- sólida e com visibilidade que deu conta de carrear dinheiro para isso. A conversa com a Petrobrás, a conversa com a Caixa, o edital da Caixa de adoção de entidades culturais, foi a partir da nossa experiência, que eles foram montar isso. O BNDES, a abertura da Petrobrás para os museus, o Banco do Nordeste, que abriu uma linha para acervo, etc., foram todas ações a partir de uma experiência nossa. A gente levava e falava assim: “olha tem essa experiência, mas nós não damos conta de fazer isso sozinho, então vocês podem colaborar no nicho de mercado de vocês”. E fomos construindo uma arquitetura... Semanas de museus também são... A gente fala de uma agenda concertada, uma agenda de difusão... Começamos, em 2003, acho que eram 48 instituições e 100 eventos e hoje tem 600 instituições participando e 2000 e picos eventos. E os museus tem buscado mudar, se estruturar de forma diferente para receber esse fluxo novo de pessoas, que tem dado uma visibilidade para imprensa muito grande e que tem acompanhado a agenda de museus e da museologia. Então é um conjunto de ações que ao fim e ao cabo, entre idas e vindas, deu consistência à política ou a um desenho de uma política. Agora a gente sempre afirmou, desde o início, mesmo desde o primeiro documento, que não era uma política fechada, é uma política em movimento, em estruturação. Ela é pensada, repensada na medida de algumas experiências e de coisas que fomos estruturando. A experiência no Rio Grande do Sul, que estruturamos na coordenação do sistema de museus, foi muito importante para desdobrar em

nível federal. Quer dizer essa experiência local do Estado de estender uma rede de museus local, etc., ajudou muito a pensar um pouco isso. O Brasil, a partir de Brasília... tem uma abstração... eu sempre falo essa coisa de estar no estado ou no município e ter um contato direto com as pessoas, com aqueles que são diretamente vinculados às políticas, encontrar o cara que te cobra na hora... em Brasília, você não tem isso. Então para estar conectado com a realidade tem que ir para realidade. Viajamos muito, tem que estar em todo canto. Se havia três ou quatro pessoas que queriam falar sobre museus, estávamos lá e isso também foi um agente multiplicador para pessoas se sentirem valorizadas e para nós, para entendermos determinadas realidades, desde Xapuri, até o Chuí; estar lá no Museu Mago, no Benjamim Constant, pegar barco, atravessar rio e depois estar no Belas Artes no Rio de Janeiro; conectar essas realidades, essa diversidade. A diversidade cultural brasileira se expressa muito nos museus, os museus são uma expressão disso. E tem a diversidade social: tem museu tão pobre quanto existe pobreza na sociedade brasileira, existe museu tão rico quanto existe riqueza na sociedade brasileira, é uma expressão assim nua e crua da realidade social: as instituições culturais são representações sociais. Estamos até montando um material para publicar um guia analítico de museus. A concentração de museus no Brasil, hoje são 2770 museus, não passou do Tratado de Tordesilhas do ponto de vista da ação pública, cultural ou o que seja. A concentração é litorânea, o Tratado de Tordesilhas é ainda o marco de fronteira, a fronteira real é o tratado de Tordesilhas. Você olha, passa de Laguna e vai adiante e depois, para lá, a ação é rarefeita. Então, estamos fazendo esses cruzamentos em concentração de museus, população, renda, etc., aí você vai vendo o que exatamente está nesse universo. É uma realidade complexa que estamos tentando romper e com outras estratégias. A questão dos Pontos de Memória, é uma tentativa de romper com isso, buscar outras estratégias não formais, ou a questão dos Mais Museus de estímulo aos municípios. Temos museus em apenas 20% dos municípios brasileiros e concentrados em capitais ou cidades acima de 100 mil habitantes. Então tem um deserto cultural concreto no Brasil e uma exclusão do ponto de vista da relação das pessoas com o tema da memória, da preservação, etc. É uma tarefa que eu digo para 2050, para 2060! Vamos estruturar bases para que isso dê conta mais adiante.

## **RUBIM – E o IBRAM?**

**NASCIMENTO** - O IBRAM para nós nunca foi um fim. Normalmente, como já trabalhei em uma estrutura pública muito tempo, primeiro as pessoas criam as estruturas e depois vão criar as políticas. Nós invertemos isso. Tínhamos a idéia do Instituto, mas a medida que a política foi avançando (e eu acho que, sobre certos aspectos, foi importante até o atraso da criação do IBRAM, porque nos possibilitou mostrar ao governo a necessidade de uma estrutura dentro do aparato do Estado para gerir uma política pública), teve uma hora que a política pública não cabia mais dentro de um departamento dentro do IPHAN. E o IPHAN tem uma tarefa maravilhosa e enorme: é arqueologia, material, imaterial já tem um Deus e sua obra na área do patrimônio. E nós conseguimos, ao alargar a política pública na área de museus, mostrar que um departamento não dava conta, que era necessário, cada vez mais necessário, um instituto. Inclusive nos baseamos em experiências de fora (o Instituto Português de Museu, uma referência, a Reunião de Museus Franceses, a Fundação Nacional de Museus, que a Venezuela criou, mesmo a subdireção de museus na Espanha, que já era uma estrutura que cuidava apenas dos museus dentro do Ministério) para mostrar que esses aparatos vinham para ajudar a gestão pública nessa área. Então, depois de uma longa discussão com o Ministério do Planejamento, conseguimos convencer. O Ministério do Planejamento entendeu que era importante, o Ministério da Cultura reforçou isso e ficamos na expectativa com o centro do governo, a Casa Civil. Eu lembro na posse do Juca, na saída de Gil e na posse de Juca, o presidente Lula parou o discurso - aquela coisa que ele gosta de fazer do improvisado, dar uma palavra – “eu sei que o Ministro Juca gostaria que eu estivesse aqui assinando o envio para o congresso do Instituto de Museus, etc. e tal”, -- isso era 28 de agosto do

ano passado, não faz muito tempo, -- “mas eu vou fazer uma reunião com ele e mandaremos mais adiante”. E para surpresa nossa, no outro dia, ele enviou para o congresso, acho que alguém até falou “olha tem uma urgência de tempo”. E, em três meses, conseguimos aprovar o Instituto. É certo que dentro do projeto do Instituto ainda tinha lá o reforço do Ministério institucional, do próprio IPHAN, da própria Palmares, mas a linha de frente do projeto era o IBRAM. Em plena crise econômica, criamos um Instituto de Museus, o que também é outro fato inusitado. Comentava agora a pouco, que as pessoas apostaram muito contra, “ah, não vai ser criado o IBRAM”, depois de criado, “ah, não vai ser implantado”, “ah, não vai dar certo”, as pessoas vão negando a realidade, então aquela parede não é branca, falam que ela é azul para ver se conseguem acreditar nisso. Fomos com isso até um certo momento, eu pessoalmente tinha desistido da idéia do IBRAM. Estava tão ranhindo que me desencarnei disso, não posso, como gestor, ficar arrastando uma alma penada, “ah, o IBRAM, o IBRAM”, a gente jogou tanta energia nisso, porque temos ainda uma tarefa para cumprir como gestor, independente do IBRAM, ou não. Temos que ir até o fim do governo, tocando, não podia, e na hora que eu disse isso, até disse isso para algumas pessoas, aí saiu. Como se você desencarna e ele encarna de novo, quer dizer é uma coisa que está no seu caminho e isso foi importante. Ao mesmo tempo o estatuto de museus foi aprovado na mesma sessão, dia 18 de dezembro do ano passado. Na mesma sessão do Congresso, no Senado, que foi aprovado o estatuto, foi aprovado o IBRAM, é uma coincidência.... Faz um ano, exatamente um ano de aprovação, e vamos ter a posse aqui do Conselho do Patrimônio Museológico (Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia) de manhã e de noite lá no MAM. Vamos fazer um festão, estão todos convidados, trouxemos para Bahia, depois de um ano, esse AXE, emantar de novo, que é importante a gente estar sempre re-emantado essas instituições. O IBRAM hoje, por incrível que pareça, é novo, mas é uma referência, você já vê todos os países vizinhos de olho. Fizemos um encontro Brasil/Espanha de museus e os espanhóis falaram: “queremos criar um instituto igual ao de vocês”. Aí o pessoal de Andaluzia, que estava lá: “queremos criar o Instituto Andaluz de Museu, queremos chamar vocês para ajudar”. Nós nos espelhamos neles e agora estamos virando referência de uma possibilidade de gestão. E os estados também estão buscando criar seus institutos de museus. Minas está nesse caminho, a Bahia também está discutindo isso, mostrando que o caminho do governo federal tem mostrado uma eficiência na gestão e um caminho possível de gestão para essa área, eu acho que extremamente positivo e gratificante para nós.

**AMAZONAS** – Eu gostaria de saber de você se com essa maior institucionalização do setor, inclusive com a legislação específica que não existia e que agora existe, se isso vai ser o suficiente para transformar essa política de governo em uma política de Estado, principalmente porque já estamos próximos das eleições no ano que vem. Qual seria sua visão nesse sentido?

**NASCIMENTO** - Eu acho que têm divergências no campo, o que é importante de termos feito a política pública... eu lembro que uma vez conversando com Mário Chagas, aqui em Salvador, -- Salvador sempre tem um marco referencial, ainda em 2002, teve um encontro do COFEM aqui de reservas técnicas, não sei se você se lembra, a gente fazia um encontro do Conselho Federal de Museologia de reservas técnicas e eu vim representar o programa de governo do Lula para apresentar para área museológica e tal – e eu sentei com Mario e falei: “Mário, se a gente ganhar a eleição, a gente tem que dar um choque diferente nessa área, porque ela é muito conservadora, a área de museus é muito conservadora, não é pouco”. E eu vou dizer, nós vamos sair dessa gestão e não vamos terminar com o conservadorismo, mas nós conseguimos estabelecer um novo paradigma. Quer dizer, tem um outro caminho que não é aquele tradicional, de conservadorismo. Mas temos um cenário muito complexo. Estava revendo meus materiais de campanha de 2002, esses dias, e vi uma entrevista do Serra, em 2002, para o Globo, que falava sobre política de uma forma geral. O Globo fez várias entrevistas com os candidatos e uma pergunta sobre política cultural, cuja manchete era “Serra diz que

vai privatizar os museus”, dizia: “o que o senhor vai fazer com os museus federais?”, e a resposta dele foi a seguinte: “eu gostaria de privatizar, mas ninguém vai comprar essas instituições. Não servem para nada... então nós temos que dar um jeito”. Esse debate vai se colocar de novo, e com mais intensidade porque tem um parâmetro: não criamos nenhuma OS, fizemos uma gestão que ampliamos o número de funcionários (e vamos ampliar mais agora, vai ter um novo concurso do IBRAM), ampliamos o orçamento. Melhoramos a gestão sem ter que criar as OS, o paradigma para dizer que há má gestão do Estado sobre as estruturas. Diria que há boas gestões privadas e más gestões públicas e boas gestões públicas e más gestões privadas. O caso do MASP, uma gestão privada, veja quanto de pepino deu. Há um paradigma diferente daquele de criar OS. Isso de tudo ir para o mesmo lado, eu sempre desconfio. Tem até divergências dentro do Ministério em relação a isso, tem gente que gosta do modelo OS e tal. Eu acho que para os museus algumas coisas você tem que flexibilizar na gestão. Por exemplo, o que é a dinâmica cultural dos museus dá para flexibilizar, mas o que é a área *hard*, não tem como fazer, não tem como fazer isso com a preservação. Toda a questão da preservação dos bens culturais, que são coletivos, isso não tem como terceirizar, isso é a essência da política e, do ponto de vista do Estado, uma ação real. Agora a dinâmica, como exposições, pode-se flexibilizar. Voltando à Espanha, o Museu do Prado, por exemplo, é um ente público, ele tem uma lei, são funcionários públicos, mas tem toda uma flexibilidade para uma série de coisas e, para outras, ele se mantém como uma entidade pública. Tem como você ter um meio termo disso, de modernizar a gestão do Estado, sem ter ineficiência da gestão. Este paradigma de discussão vai se apresentar agora, nas eleições. O secretário João Sayad, de São Paulo, num encontro em São Paulo de museus, com 700 museus representados, disse que é a favor de cada museu novo fechar um velho. São essas opiniões que vão se constituir no cenário. Agora só vai ser possível fazer esse debate porque nós construímos um paradigma, mostrando que não tem só um paradigma neoliberal da cultura como estava posto anteriormente. Então isso é muito positivo!

**RUBIM** – Você tocou antes, José, na questão das relações internacionais. Fale um pouco das relações internacionais que foram feitas no momento em particular dos ibero museus.

**NASCIMENTO** – Eu acabei que não nem toquei nesse assunto diretamente. Eu diria que do Governo Lula... e essa coisa nossa..., às vezes até um certo do voluntarismo, se você pensar do ponto de vista da gestão, temos que abarcar tudo..., se a gente cuidasse só das coisas do Brasil já seria um bom problema, mas tem um espaço em aberto das políticas de cooperação internacional nessa área e começamos a pensar qual seria uma boa estratégia de inserção do que estávamos fazendo aqui nessas políticas internacionais. Dentro do campo ibero americano isso nos daria uma condição de interlocução com uma série de parceiros importantes, que interessava fortalecer, a latinoamericana e com dois parceiros estratégicos: Espanha e Portugal, tratando isso como um bloco. Por dentro disso começamos a mapear essa situação, nos aproximar primeiro a OEI, a organização dos estados iberos americanos - e depois da SEGIB -- Secretaria Geral Ibero Americana -- e também uma crítica em relação a atuação da Unesco, porque entendendo a Unesco um pouco como um órgão muito burocrático e ossificado para algumas coisas. As relações nessas áreas da cultura na Unesco são muito pesadas, quer dizer, vimos na OEI e na SEGIB uma coisa mais leve e mais horizontal, não tão assimétrica como as que às vezes a Unesco estabelece nas relações. Começamos a montar uma estratégia, uma possibilidade de um programa de museus no campo ibero americano e construímos uma parceria estratégica com a Espanha para isso. A Espanha não buscou protagonismo nisso, ao contrário, fortaleceu a ação brasileira. Depois fomos buscar um terceiro parceiro, que era a Colômbia. A partir daí, estabelecemos uma estratégia por dentro das estruturas de cooperação ibero americana no sentido de ir institucionalizando isso. Na reunião de Montevideú, dos ministros de cultura ibero americanos, foi colocada a proposta de ibero museus como uma iniciativa, porque tem uma gradação, de iniciativa para programa: três países formam uma iniciativa, seja ele em qualquer campo da cooperação e para formar programa tem que ser acima de sete

países. Como ainda não tínhamos os sete países, começamos como uma iniciativa. Depois disso, fizemos um primeiro encontro ibero americano de museus aqui em Salvador, que Albino foi palestrante. Tínhamos os 22 países ibero americanos representados para formar um programa. Dali tiramos uma carta ibero americana de museus, hoje a base de toda nossa ação, e conseguimos estruturar uma rede governamental para sair de iniciativa para programa. Com uma diferença de um ano, conseguimos isso. Eu fiz um trabalho na segunda reunião de ministros, em Valparaíso, de montar um quadro de todas as *cumbres* de ministros de cultura, e mesmo de chefes de estados, de todos documentos ibero americanos, para ver quais temas eram tratados. Fiz um quadro de todas as *cumbres*, e vi quantas vezes tratavam de biblioteca, de audiovisual; e de museu, em treze *cumbres*, só foi tratado uma ou duas vezes. Então apresentei isso, em Valparaíso, mostrando a necessidade, pois é uma área que os gestores ibero americanos não se preocuparam. Temos aqui 10 mil museus na Ibero América, tantos bens, 100 mil profissionais nessa área e os gestores e ministros não estão olhando para essa realidade. A partir de Valparaíso aderiram mais dez países e passamos de iniciativa para programa. Hoje já fizemos três encontros ibero americanos. O último foi no Chile esse ano, discutindo museus em situação de crise, o quarto vai ser em Madri, no ano que vem, o outro no México e com dez países contribuindo, quando participam, contribuem. Com isso temos um fundo de quase 900 mil dólares que está começando a financiar uma série de iniciativas multilaterais e de apoios para os museus ibero americanos. Isso tem sido um paradigma bem interessante. Por exemplo, a associação americana de museus, que não tem nada a ver com o Ibero América, está querendo se associar e ser um observador permanente; os canadenses querem fazer uma política Sul/Sul, estão vendo que isso está dando certo, Norte/Sul e tal. Tem uma referência hoje de diálogo europeu, a partir de Espanha e Portugal, por dentro dos ibero museus com o bloco europeu. Quer dizer nós nos transformamos num bloco de atuação política que não existia. Na verdade é a única região hoje que tem um bloco museológico, vamos dizer assim, estruturado e funcionando. A unidade gestora é no Brasil porque nós fomos o proponente do programa e também, pelas regras da SEGIP, essa unidade não sai daqui, independente da mudança da presidência do programa. Temos a presidência do programa e hoje, com isso, o Brasil estabeleceu um protagonismo tanto do ponto de vista da sua política nacional, quanto dessa questão do ibero museu, que não estava prevista no nosso horizonte, mas que agora, como assumimos esse papel, estamos tocando dessa forma a ação nesse campo.

**RUBIM** – José você está aqui em Salvador agora nesse encontro dos Pontos de Memória, não é? Eu queria que você falasse um pouco desse programa, qual a interação dele com o Mais Cultura, como que ele se estrutura, qual a expectativa dele?

**NASCIMENTO** – Bom, ele é um programa dentro do Mais Cultura. Na verdade a área da memória, no início do Mais Cultura, não estava estruturada. Num certo momento começamos a tencionar a estrutura do Ministério e falar: “é importante o campo da memória ter um espaço no Mais Cultura”. Às vezes as pessoas acham... “museu dentro de favela?”, não conseguem muito estruturar isso do ponto de vista de uma política. E nós utilizamos o exemplo de uma ação, que veio pelo Mais Cultura, mas é uma ação direta nossa de apoio, que é o museu da Maré, falando: “olha ali tem um exemplo, ele é um exemplo, não é um modelo, mas ele pode ser replicado de várias formas, em vários lugares”. Na discussão do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública), que está dentro, levamos isso para uma discussão no Ministério. E o próprio Ministério da Justiça, até entender, que um museu dentro de comunidade poderia ter uma certa ação dentro da estratégia de política de pacificação das comunidades... e conseguimos ser o gestor deste programa dentro do Mais Cultura, que são os Pontos de Memória, trabalhando com um conceito de museu que não é o museu como uma ferramenta social, é uma tecnologia social. Ele pode ser uma instituição, mas ele é uma tecnologia e essa tecnologia pode ser utilizada das mais variadas formas. Então não temos um modelo, não estamos falando: “tem que ter

um espaço físico, a exposição X, tal e tal”. Isso na Maré é assim, já no Pavão, Pavãozinho Cantagalo, que é outra favela do Rio, é um museu de território. A comunidade chegou à conclusão de que o morro inteiro é um museu, é grafite, é não sei o que... tem turismo social lá por dentro, já tem agentes deles de turismo social cultural. Cada lugar se dá de uma forma pactuada com a comunidade, quer dizer, se é território é território, se é espaço é espaço. O que nós estamos fazendo aqui é exatamente tentar, nesse encontro, trazer essas várias experiências e colocá-las em diálogo, frente a frente, umas mais avançadas, outras ainda em processo embrionário. Mas as que estão embrionárias estão vendo que é possível chegar num ponto, não é uma utopia, e as que estão lá na frente vão entender realidades mais difíceis que as deles. Eu vi um rapaz de uma comunidade lá do Rio ver uma situação sendo apresentada, a de Recife, falando assim, “eu tô me sentindo um lorde aqui da zona sul do Rio perto da situação deles”. Estão tão próximos, mas já estão com uma estrutura de museu estruturada, articulada, e os caras estão lá numa pindaíba numa miséria. Então, essas realidades colocadas, frente a frente, podem se estruturar. E com isso há uma ideia também conceitualmente de mudança de paradigma de museu e memória. Quer dizer, dentro dessa estratégia, estamos fazendo uma provocação aos museus tradicionais a se repensarem, a partir desses processos de memória. Trabalhamos com memórias instituídas, mas também estamos trabalhando com processos de memória que podem não se instituir como museu, podem ter começo, meio e fim, e acabou. Então isso também nos interessa. Nessas comunidades isso ocorre com muita facilidade. Temos aí candomblés que se dizem museus, temos favelas que se dizem museus como um todo, temos comunidades indígenas, Pataxó, Xavante e tal que tem seus museus e utilizam isso, querem utilizar os museus como estratégia de legitimação da sua ação perante a comunidade envolvente. Tudo isso está dentro deste paradigma e isso, no caso do IBRAM, é utilizado por certos setores como categoria de acusação contra nós: “ah, vocês só pensam nessa turma e não tão pensando no Museu de Arte Contemporânea, no mercado de arte”. Temos pensado nisso, mas eu acho que esse pessoal já tem uma base de estrutura social, não vamos ajudar a se reproduzir... Agora essa outra turma precisa de um canal no Estado para que o seu desejo de memória tenha vazão e os museus são um instrumento básico de garantia de direito à memória, para que eles tenham condições de estabelecer esse direito. É nessa interface que estamos nesse trabalho da teia da memória, dos pontos de memória.

**RUBIM** – Quantos são os pontos memória hoje?

**NASCIMENTO** - Bom, nós estamos com umas 40 a 50 comunidades, tem umas 200 pessoas, mas tem umas 40 a 50 comunidades.

**AMAZONAS**– E a sustentabilidade...

**NASCIMENTO** - Esse é um trabalho também, a sustentabilidade. Mas temos um conceito de sustentabilidade que chamamos de sustentabilidade social. A primeira sustentabilidade é social! Se não tem a sustentabilidade social, não tem a econômica. Não adianta buscar a econômica, se não tem a social. E qual é a sustentabilidade social? Para nós, bem simplificado, são as redes de sustentação dentro das comunidades, se não tem uma rede de legitimação e sustentação dentro das comunidades, não tem sustentabilidade social. Por exemplo, para um museu, dentro de uma favela, o cara precisa se dar bem com o tráfico, precisa se dar bem com a comunidade, ele constrói a sua sustentabilidade social ali. Daí para as tarefas de buscar dinheiro, buscar projetos e tal, é mais tranquilo. Se ele não tem essa legitimidade dentro da comunidade, para ele sair dali e ir buscar coisas é mais complicado. Quando a gente foi inaugurar o Museu da Maré, uma semana antes fomos fazer uma reunião lá com os meninos, com a turma lá da comunidade, com os líderes da comunidade e explicar o que iria acontecer, que iríamos levar o ministro, o que era um museu. A mesma coisa lá no Pavão Pavãozinho. No dia que

lançamos o projeto do museu, eu e o Mário na saída, isso foi na quadra da escola de samba pequena que tem lá dentro do Pavão Pavãozinho, o pessoal da boca de fumo, do tráfico, que estava ali na frente, nos chamou e, dialogando com o projeto, falou: “olha esse pessoal ai que vocês estão dizendo que são os primeiros moradores, não são”, é o fulano, é o sicrano, tendo opinião sobre o projeto, conversando, então vamos incorporar isso. E os meninos que coordenam o Museu também dialogam muito bem com essa turma ai, porque é a tecnologia de sobrevivência dentro deste universo. Tem sido uma experiência muito boa, porque o que acontece? O cara que tem um museu na sua comunidade vai olhar o museu tradicional e vai cobrar desse museu tradicional uma outra postura. Por exemplo, hoje na Maré: o Museu da República fez uma exposição do Museu da Maré lá no Museu da República e, ao mesmo tempo, o Museu da República fez uma exposição lá no Museu da Maré. Então está começando a ter uma rede de abertura para esse tipo de situação e, ao mesmo tempo, o pessoal da favela diz “se vocês sustentam um museu lá no asfalto e porque vocês não sustentam aqui no morro? Qual é a diferença?” Tem uma consciência de política pública e de entender o museu como um instrumento mesmo de interlocução, etc., deles de se mostrarem, de se alinhar na cidade de “olha eu também pertencço a esse universo eu não tô fora, eu não sou um gueto, eu não tô ‘inguetado’”. Esse é um resultado muito positivo dessa consciência. Agora vai ter os agentes de memória dentro das comunidades que vão colher depoimentos, vão ser os animadores desse processo. Isso tudo está criando uma rede e uma transformação pela memória. Em vez de mostrarmos uma vertente conservadora da memória, estamos mostrando uma vertente transformadora, que é uma memória que é do passado para o presente e do presente para o futuro, isso talvez seja o legado.

**AMAZONAS** – Como você vê a Bahia nesse momento sendo uma unidade do IBRAM? Vocês teriam alguma intenção de atrair, não sei como seria isso, a unidade que tem em Cachoeira e também do Sete Candeeiros, aqui em Salvador, por exemplo? Como está a relação de vocês?

**NASCIMENTO** - Tem coisas óbvias, que as vezes não ocorrem, tipo, a Bahia não ter um grande museu de cultura afro, o Ministério da Cultura não ter uma estrutura de museus na Bahia, tendo em vista a representação que tem a Bahia na estrutura de museus do país. Bom, tem uma história do IPHAN em relação ao estabelecimento dos museus e do próprio patrimônio no país. Se olharmos o que é bem tombado, a quantidade de bens tombados em alguns lugares, e como foi desdobrando a política de patrimônio ao longo dos 70 e tantos anos do IPHAN, somos produto disso. O IBRAM é produto também disso, estamos neste universo. Certamente teríamos condição hoje de ter uma unidade aqui. Estávamos conversando agora com Naomar, o reitor da UFBA, exatamente nesse sentido de buscar fazer uma gestão compartilhada de alguns museus, para que o IBRAM tenha uma presença na Bahia, para que possamos colaborar em algumas gestões aqui. Isso é importante, se é em Cachoeira... o IPHAN não quis abrir mão daquela estrutura lá, e o Sete Candeeiros, o IPHAN sempre afirmou que aquilo não é museu, que é uma estrutura de conservação, restauro, etc. Não quisemos brigar demais com o IPHAN, entrar naquela história de separação de casal: com quem que ficam os livros, com quem que ficam os discos. Isso fica num nível que vai deteriorando a relação. Quando você tem filhos para cuidar, inclusive, ainda tem filhos adiante... temos bens tombados que estão conosco, mas são tombados pelo IPHAN, é como se tivéssemos filhos em comum. Então não é muito bom você estabelecer uma relação belicosa nisso, porque senão para marcar e pegar a criança no final de semana é mais complicado, cria dificuldade, a discussão sobre a pensão, aí vira um inferno a relação do ex casal. Então teve um momento que fomos nessa discussão com o IPHAN até o ponto que nós falamos, bom é isso aqui. O IPHAN queria ficar com quase todos os museus e, para nós, não teria problema. Se agente ficasse só com os museus nacionais, ditos nacionais, os grandes, nós seríamos uma estrutura grande, de representação nacional, rica, porque arrecada bem, e não teríamos, por exemplo, o museu lá em Serro, museu lá pequenininho lá não sei aonde, não teríamos mais esses problemas. Mas o Gil, em um

certo momento, bateu na mesa e falou “não teremos dois institutos de museus, o dos museusinhos e dos museus grandes”, bateu na mesa, eu lembro bem, foi uma reunião com o Arantes como presidente, no gabinete do Gil, e ele batendo na mesa assim e dizendo: “é um instituto de museus e terá todos os museus”. Só que o IPHAN agora, por exemplo, está criando as casas de patrimônio, para não dizer que é museu, é uma estratégia. Então não sei o que eles vão fazer lá em Cachoeira, transformar numa casa de patrimônio, ou Sete Candeeiros. A nós interessa ter um braço aqui na Bahia, a Bahia é uma referência importante e tem uma ação importante e a nossa ação no nordeste é muito pouca, no norte e no nordeste. Na verdade, não temos uma unidade no norte, não tem uma unidade federal de museus dentro do Ministério da Cultura no norte do país. Tem patrimônio museológico? que seria? Tem, mas é uma história, a história do patrimônio. Se você pensar que Roraima não tem um bem tombado do IPHAN, zero, será que não tem um bem Roraima? Nem o pico da Neblina, que seja, que justifique ter um bem nacional, tem zero? Propusemos para Roraima federalizar de novo lá o Museu Integrado de Roraima, ou o Museu do Homem do Norte, que a fundação do Homem do Nordeste, abriu mão, e agora está na Universidade Federal do Amazonas. Conseguimos montar uma estrutura museológica no Maranhão, lá em Alcântara, e vamos dali desdobrar para mais três em Alcântara ainda. Alcântara não tinha museu, agora vai ter três museus de arte sacra por conta disso. Temos uma estrutura em Pernambuco, que é o Museu da Abolição. Agora a superintendência do IPHAN está saindo de dentro do museu, porque ocupavam o que era o museu, diziam que não podiam sair de lá, que aquela casa foi comparada para ser um museu. O superintendente falava, “mas aquilo foi uma desculpa que usamos para comparar a casa na década de 60”. Coisa mais racista, impossível, porque comprar uma casa para ser o Museu da Abolição e ocupar com a burocracia e dizer que foi uma desculpa para ser o Museu da Abolição... Agora vão sair, vamos estabelecer o Museu da Abolição. Porque também fizemos uma discussão com a comunidade afro de Pernambuco, dizendo o seguinte, “olha o museu está nessa situação, a superintendência vai sair daqui a um tempo”... fizemos um seminário para eles, *O museu que queremos*, e abrimos o seminário dizendo “se vocês não querem o Museu, vamos fechar o Museu”. Porque também não adianta querer manter uma estrutura se a comunidade afro de Recife não reconhece naquele museu um espaço seu. O Estado mantém, por que tem que manter? Não. E fizeram toda uma discussão sobre a questão da abolição, escravidão e tal. Vamos mudar toda uma concepção e ocupar aquele espaço. O presidente da Associação de Amigos do Museu da Abolição é o presidente dos candomblés de Recife. E aqui na Bahia não temos nada, nenhum ponto de ação com isso, temos relações com os museus, muito mais hoje com o Ponto de Memória aqui em Salvador que vai ser nesse bairro que tem uma disputa sobre o nome -- Tancredo Neves -- que a comunidade quer Beiru. Ali que vai ser o Ponto de Memória. Então nossa relação direta com Salvador vai ser com o Ponto de Memória, não vai ser com uma instituição formal. O pessoal estava falando que não vamos ter concurso para a Bahia. Não vai ter porque não temos unidade aqui. Os baianos vão ter que ir lá, que nem a Isabela está lá nas Missões, passando frio, imagine um baiano nas Missões, tendo que viver nas Missões, no frio chega a abaixo de zero, ou um calor sem vento com quase 40 graus, é um troço, é o fim do mundo, tipo, craquela a pele. Então, nós não temos problema nenhum, o próprio Sistema de Museus, parece que o Wagner mandou para Assembléia ontem, Marcio Meireles vai anunciar isso amanhã aqui, na posse do Conselho, demorou um tempo. Viemos aqui a três ou quatro encontros para discutir o sistema estadual de museus na Bahia, financiamos um projeto, com a Maria Célia à frente, de fazer toda uma capacitação e mapeamento de museus na Bahia, logo no começo, para ser a base de uma série de desdobramentos aqui, até de pós-graduação profissionalizante, etc.

**RUBIM** – Você falou, em alguns momentos, na questão da organização e da participação das políticas públicas que é importante esse diálogo com comunidades, a participação delas, inclusive na formulação, na sustentabilidade, tudo isso. Como é que está se dando essa participação do pessoal mais

ligado a área do museus? Tem um movimento organizado, como é? Primeiro o IBRAM dialoga com esse pessoal?

**NASCIMENTO** – Desde o início, sempre tivemos uma concepção de que tínhamos que criar uma sociedade civil museológica. Porque não existia uma sociedade civil organizada no campo museológico. Havia as entidades, mas, quando a gente chegou no governo, a ABM - Associação Brasileira de Museologia - estava fechada, o COFEM estava funcionando e o ICOM sempre foi uma estrutura muito elitista, burocrática e elitista: tem 300 associados no país todo, então não tem uma representação. Nós nos colocamos com uma tarefa: primeiro fortalecer uma relação com essas entidades, independentemente da sua orientação política e, por outro lado, criar fóruns de interlocução. Fizemos inúmeros fóruns estaduais, abertos a todos. Depois começamos a estabelecer os fóruns nacionais de museus, que era um momento, diria quase, ritualístico e uma pajelança museológica de encontro, de emulação, de energização de política pública, para gente fazer a roda girar mais em outro momento. O primeiro encontro, I Fórum Nacional, foi aqui em Salvador, em final de 2004. Depois fomos para Ouro Preto e depois, Florianópolis (fóruns nacionais de dois em dois anos). Isso começou com 400 pessoas, 500 pessoas aqui em Salvador e o último fórum, em Florianópolis, teve 1500 pessoas participando e com uma estrutura de grupos de trabalho temáticos por museus: museus de arte, museus militares, museus discutindo políticas, formação de redes dentro dessas áreas e um conjunto de oficinas de formação, de temas e mesas, um grande congresso nessa área e os fóruns estaduais. Isso tem ajudado muito a atualizar, de dois em dois anos, a política de museus, ou revigorar, o nome que a gente queira dar para isso, mas é uma atualização dos parâmetros, temas novos, questões novas, e um pouco o momento também onde a área se encontra com ela mesmo para poder repensar ou pensar questões. E a criação dos cursos de museologia também tem dado uma revitalização no campo porque vieram, para esses fóruns e para esses espaços, os jovens, os estudantes que tem ajudado muito a renovar. Porque hoje tem estudantes que falam que são produtos da política nacional de museus. No início da política nacional de museus tinham pessoas que falavam que eram militantes da política nacional de museus. Não buscamos fazer isso, mas as pessoas pegaram de tal força com isso, “eu sou um militante da política nacional de museus”, faziam reuniões que a gente nem sabia... “ah fizemos uma reunião aqui da política nacional de museus”, como se fosse um movimento, quase como um movimento social. Isso foi nos alimentando também por dentro da política, por isso que essas teias da memória são um pouco resultado disso. E os estudantes tem vindo também com essa mesma energia, falando “eu estou formado por dentro da política nacional de museus, nesse universo”... Então, isso tem dado uma renovação muito grande, uma possibilidade também de renovação dessas estruturas mais formais de representação. O próprio Conselho Federal de Museologia, os conselhos regionais, as associações, etc. tem uma perspectiva, a médio prazo, de entrada de novos estudantes e novos profissionais, muito grande. Isso tem sido muito positivo para área, para mudar um pouco o clima. Até um tempo atrás falavam que museologia, ser museólogo, era um título nobiliário. Eram dois cursos, formavam, vamos dizer, 20 aqui na Bahia, mais 20, lá no Rio, por ano, uma coisa quase em extinção. Agora não, agora tem um debate, tem uma renovação, cada curso desse tem um perfil diferenciado, tem gente que está ligado à área de design, outro em museologia social, outro com o turismo, outro com a geografia. Assumi diversos perfis e isso por dentro dessas estruturas de participação, essa renovação também tem chegado por dentro disso. O próximo fórum é no ano que vem e será em Brasília. Teve uma disputa entre Brasília e Belém, mas como em Belém vamos fazer um evento junto com Associação Brasileira de Antropologia (*Museus e Antropologia*) um evento grande, então achamos por bem fazer o fórum em Brasília.

**COSTA** – INAUDÍVEL...

**NASCIMENTO** – O IPHAN tem algumas ações na área de educação patrimonial: está construindo uma escola do patrimônio regional com a Unesco, no Rio, lá no Capanema, está buscando criar um espaço de capacitação. Desde o início, foi estratégico, para a capilaridade da área de museus, a área de capacitação. Qual é a estrutura? São cursos de 20h, dos mais diversos, são uma grade de 20 cursos possíveis, com pessoas que não são só profissionais de dentro do IBRAM, ou de dentro do departamento de nossos museus, de várias áreas e várias regiões do país, etc. Com isso pudemos criar uma capilaridade de diálogo muito grande e, como desdobramento disso, estamos chamando de UniMuseus, Universidade dos Museus que é o desdobramento desse programa de capacitação para poder oferecer alguns cursos de pós-graduação e formação, especialização continuada nesse nível. Mas, os cursos, essas oficinas foram fundamentais para, por exemplo, apresentar as demandas de cada região para os reitores, por exemplo, na ANDIFS. Quando fomos na ANDIFS, falamos para os reitores das universidades federais do Rio Grande do Sul: nesses cinco anos passaram por oficinas na área museológica do IBRAM no seu estado tantas pessoas, então, há uma demanda possível de uma formação continuada para cursos de graduação na área de museologia. E, com isso, juntando o REUNI, essa possibilidade que o MEC deu do REUNI, as universidades foram adotando a museologia como possibilidade, juntou a virtude e a fortuna desses momentos e conseguimos saltar de dois para doze. O MEC já nos disse que é o maior crescimento proporcional de cursos no país, mais que direito, mais que medicina, mais que... não existe esse salto proporcional em outra área e foi uma junção e uma visão que a capacitação é importante e que a universidade tem um compromisso com isso, que vamos na capacitação até um certo nível, que a universidade tinha que se comprometer com isso. Então agora temos mestrado e doutorado na UNIRIO. Agora temos uma estrutura de conhecimento, de formação de conhecimento no país, um pouco melhor estruturada para juntar com uma política pública. Não adianta política pública sem formação de conhecimento, ela inexistente e há poucos cursos nas universidades brasileiras que dialogam com a área cultural diretamente, a biblio é uma, o arquivo é outra, a museologia... e depois ficamos procurando. Especificamente para área cultural não é muito mais. Tem alguns cursos de gestão cultural em algumas universidades e muito rarefeito. Não há uma formação para área cultural, para gestão cultural. Foi importante estabelecer isso para que tivéssemos uma capilaridade nacional. Hoje temos cursos em todas as regiões, da região norte à região sul. Foi uma estratégia pensada, estruturada para fortalecimento da política pública por dentro da construção de conhecimento, desde o básico até formação continuada, com graduação e pós.